

Em sessão tranquila, CCJ do Senado aprova indicados para o STJ

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou, por unanimidade, a indicação dos desembargadores Joel Paciornik e Antonio Saldanha para o Superior Tribunal de Justiça. A sabatina dos magistrados aconteceu nesta quarta-feira (9/3), depois que a CCJ aprovou a indicação de Aurélio César Nogueira para a diretoria da Agência Nacional de Petróleo. As indicações agora seguem para o Plenário do Senado.

A expectativa para a sabatina desta quarta era de tensão. Brasília está de sobressalto desde que um depoimento do senador Delcídio do Amaral (PT-MS) à Procuradoria-Geral da República, no âmbito da “lava jato”, vazou. E os ânimos políticos estão acirrados desde a condução coercitiva do ex-presidente Lula, no dia 4 de março, pela força-tarefa da “lava jato”.

Reprodução



Caminhamos para adotar em certo ponto o sistema de precedentes, disse Paciornik.
Reprodução

O que se esperava, portanto, era que pelo menos os senadores de oposição aproveitassem a situação para constranger os desembargadores, já que foram indicados pela presidente Dilma Rousseff para o STJ. Mas o que se viu foi uma sabatina tranquila, mais em tom de debate que de interrogatório.

O relator da indicação de Joel Paciornik, Eunício Oliveira (PMDB-CE), nem fez perguntas aos sabatinados. Disse estar satisfeito com as informações recebidas pelos candidatos. O relator da indicação de Antonio Saldanha, Marcelo Crivella (PRB-RJ), sequer foi à sessão.

Antonio Anastasia (PSDB-MG), por exemplo, fez comentários sobre a morosidade do Judiciário e falou sobre algumas propostas de desafogamento da Justiça, como a valorização do processo administrativo, ou o uso de meios extrajudiciais de resolução de conflitos. E pediu a opinião dos sabatinados.

Os dois concordaram em ver a solução, de fato, fora do Judiciário. Saldanha, em uma pergunta do senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), contou que, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, onde é desembargador, 65% da demanda dizem respeito a relações de consumo. Saldanha presidiu até o ano passado, a Comissão de Aperfeiçoamento e Qualidade do TJ-RJ.

E segundo ele, se as agências reguladoras funcionassem como deveriam, a Justiça ficaria liberada para discutir o que realmente precisa ser definido por um juiz. “Isso é uma coisa dramática, mas nos aponta o caminho a trilhar. Se conseguirmos sanear as relações de consumo, o Judiciário vai desafogar”, comentou.

Já Paciornik, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, defendeu que a solução está na gestão. Comentou as metas de produtividade do Conselho Nacional de Justiça, a pedido do senador José Medeiros (PPS-MT), para dizer que é preciso encontrar caminhos que não passem apenas pela “questão numérica”. “Feliz do povo que tem juízes que leem processos, ouvem advogados, analisam as pretensões.”

Precedentes

A questão do emperramento do sistema de Justiça foi o que deu a tônica dos comentários feitos na sabatina. O desembargador Antonio Saldanha afirmou haver, na doutrina, um fenômeno chamado de “interpenetração do sistema”.

Mailson Santana



Sanear as relações de consumo desafogaria os escaninhos da Justiça, disse Saldanha.
Reprodução

Saldanha explicou que o sistema jurídico anglo-saxão se apoia nos precedentes judiciais para a criação do Direito. Já o sistema romano-germânico, no qual se insere o Brasil, “o Direito é positivado”. Ou seja, só as leis produzem Direito e ao Judiciário cabe interpretá-las e aplicá-las.



De acordo com o desembargador do TJ-RJ, o que acontece hoje é que os países do sistema anglo-saxão estão legislando e os do sistema romano-germânico estão valorizando cada vez mais os precedentes. “A gente tem de trabalhar cada vez mais isso, porque esse é o caminho [*para desafogar os tribunais superiores*]”, concluiu.

Joel Paciornik aproveitou a fala de Saldanha para concordar com a ideia. “Estamos caminhando para adotar em certo ponto o sistema do precedente como forma de obstar o processo de judicialização. Não acho que o precedente seja ruim nem bom. Mas ele serve muitas vezes como norte a ser seguido. Em matérias já pacificadas pelas cortes superiores não faz sentido se alongar numa demanda.”

Pressões

O senador José Medeiros (PPS-MT) foi o único a se referir diretamente ao noticiário político. Ele perguntou se os dois candidatos foram procurados pelo governo ou fizeram qualquer tipo de acordo em relação à operação “lava jato”, que investiga diversos parlamentares e pessoas ligadas ao governo federal.

Ambos negaram. Joel Paciornik é um dos indicados da vez, mas já esteve em outras duas listas tríplices formadas pelo STJ. E afirmou que em nenhuma das candidaturas esse tema foi tratado. “Jamais me foi feita qualquer proposta de algum acordo. Jamais. E a minha vida mostra isso. Nos meus 25 anos de magistratura, jamais tive contra mim uma exceção de suspeição, nenhum incidente com a OAB [*Ordem dos Advogados do Brasil*], muito pelo contrário”, afirmou.

Saldanha foi no mesmo tom veemente do colega. “Percorri com destacado amorismo essa via crucis que a sistemática nos impõe, mas posso assegurar que sempre fui recebido com muita dignidade e ética e nunca fui questionado sequer quanto a posições ideológicas. Fico muito tranquilo e muito sereno em relação a esse procedimento.”

Date Created

09/03/2016